

# DO “ECOLÓGICO” DO ESPAÇO AO ESPAÇO DO ECOLÓGICO: LAZER, MEIO AMBIENTE E PARQUES PÚBLICOS URBANOS

**Sandoval Villaverde**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é realizar algumas reflexões sobre a temática lazer/meio ambiente, enfocando o espaço dos parques públicos urbanos. Toma-se por base o caso específico de um parque público localizado no Distrito de Barão Geraldo, na cidade de Campinas (SP), o Parque Ecológico Prof. Hermógenes Freitas Leitão Filho, o “Parque do Lago”. Dentre outras questões abordadas, destacam-se alguns conflitos de ordem sócio-espacial na implantação de espaços públicos destinados à vivência lazer e ainda as contradições do enfoque ambiental do Parque, expresso em seu adjetivo “ecológico”. Conclui-se com algumas considerações introdutórias sobre o papel do parque público nas cidades contemporâneas.

Palavras-chave: lazer; meio ambiente; parques públicos.

Este trabalho objetiva realizar algumas reflexões sobre a temática lazer/meio ambiente, enfocando o espaço dos parques públicos urbanos. Como parte integrante de um estudo mais amplo,<sup>1</sup> as considerações aqui formuladas tomam por base o caso específico de um parque público localizado no Distrito de Barão Geraldo, na cidade de Campinas (SP), alicerçando-se assim em entrevistas realizadas com freqüentadores e também com profissionais vinculados ao planejamento e implantação do referido Parque. Para este fim, trarei alguns pontos para discussão, à medida em que apresento características gerais desse espaço de lazer.

O Parque Ecológico Prof. Hermógenes Freitas Leitão Filho, o “Parque do Lago”, como também é conhecido pelas pessoas que o freqüentam, está localizado no Sub-Distrito de Barão Geraldo, na Cidade de Campinas (SP). Trata-se de uma área de porte relativamente pequeno, medindo aproximadamente 125.000 m<sup>2</sup>, entre o Campus da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o bairro Cidade Universitária.

A região onde hoje está inserido o Parque Ecológico Prof. Hermógenes Freitas Leitão Filho (daqui por diante somente Parque do Lago), dava lugar, até o ano de 1966, a pequenas e médias propriedades rurais que se caracterizavam por atividades estritamente agrícolas. A implantação do Campus da Unicamp no Sub-Distrito, traz um novo enfoque à região no que se refere às atividades produtivas e no uso do espaço. Este evento traz consigo a implantação de grandes loteamentos residenciais nas imediações e limites do Campus, onde hoje se localizam residências de classe média e

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Unicamp, em nível de mestrado, com apoio do PICDT/CAPES/UFRN.

média alta. Nos setores mais periféricos, foram instaladas habitações populares, inclusive carentes de infra-estrutura básica (Erbolato, 1993).

A área em volta do lago onde está hoje implantado o Parque pertence quase em sua totalidade à Prefeitura Municipal de Campinas, sendo pouco mais de ¼ dele de posse da Unicamp. Consta ainda das informações obtidas através de entrevistas com moradores antigos e ainda junto à Prefeitura do Campus e ao Parque Ecológico da Unicamp, sobre uma parte da área atualmente ocupada pelo Parque ter servido por um longo período como viveiro de mudas da Prefeitura Municipal de Campinas. Vários foram os depoimentos revelando existir, nesta época, visitas sistemáticas de moradores da região, principalmente de bairros mais afastados, que se dirigiam ao lago principalmente para atividades de pesca. Essas informações parecem apontar o entorno do lago como um espaço de lazer já utilizado por uma parte da população antes de sua transformação em parque público.

Numa pesquisa de caráter exploratório, realizada para avaliar o perfil do usuário em potencial do Parque, em vias de implantação na época, Erbolato (1993, p. 3) argumenta que a escolha do local para sua pesquisa “*baseou-se principalmente na necessidade de intervenção*”, uma vez que o espaço seria entregue à população “*como área pública de lazer...*”. Sem a intenção de analisar detalhadamente os dados dessa pesquisa, chama-se atenção apenas para o fato de que a realização da mesma demonstra, também, que a área do lago já era utilizada como espaço de lazer, principalmente nos finais de semana, antes mesmo da implantação do Parque. Outra indicação da mesma pesquisa, refere-se ao fato da população que freqüentava o espaço naquela época ser preponderantemente oriunda da periferia.

Os relatos coletados também sugerem ser o perfil das pessoas que freqüentavam o local nessa época bem diferente do que hoje se pode encontrar. Conforme argumentou uma das entrevistadas, quem freqüentava o espaço “*só queria que limpasse, que tivesse uma água pra beber, alguma coisa assim, porque eles vinham de fora fazer um lanche e tal... ficavam o dia inteiro. Então, esse perfil mudou muito, entendeu? [...] eram pessoas... geralmente pessoas simples*”.

Comentando uma pesquisa realizada para avaliar o perfil dos “*pré-usuários*” do Parque antes de sua implantação, afirma a Sra. S.: “*o pessoal que morava ao redor do parque (nesta época só em projeto), nas entrevistas, o medo deles era que, urbanizando, chamasse muita gente de fora e prejudicasse a vida de quem mora em volta. E, ao mesmo tempo, eles queriam que desse um tratamento mais visual só, ao espaço. Eles não queriam que dessem muita utilidade, pois eles tinham medo dessa coisa de vir muita gente de fora, com ônibus e tal...*”. Como é possível perceber nesses depoimentos, parecia haver entre os moradores próximos ao local uma certa insatisfação com esse fluxo advindo de outros bairros, e daí a conseqüente resistência à proposta de criação de um Parque em volta do lago. Estes “*vizinhos*” do lago temiam uma intensificação na freqüência de pessoas “*de fora*” no local.

Estas questões referentes às transformações do espaço aqui tratado, indo desde quando era “*sujo*”, “*tinha lixo*” e onde “*o pessoal entrava e pescava*” até a atual realidade “*asséptica*” do Parque, oferecem-nos os primeiros elementos para reflexão.

Este parece ser um processo de “aspepsia espacial”, bastante usual na distribuição e apropriação dos espaços urbanos. Talvez se possa falar aqui de uma forma generalizada, sem se remeter diretamente à realidade do Parque em questão ou mesmo do espaço específico destinado ao lazer, pois não é raro encontrar processo semelhante quando se trata de ocupação do espaço, especialmente o das cidades. Este processo tende a ser muitas vezes orquestrado pela valorização e especulação imobiliária, do qual os espaços “públicos”, inclusive, parecem não estar imunes.

Lembremos que o espaço que viria a ser o Parque era freqüentado por moradores da periferia, os quais tinham o lago como espaço onde pescavam e conviviam, principalmente nos finais de semana. A esta altura, cabe indagar: por que estas pessoas passaram a não freqüentar mais o espaço em questão depois de urbanizado e transformado em parque público? É possível que a proibição da pesca no local tenha afastado alguns mais aficionados nesta atividade, porém, terá sido este fato suficiente para mudar tão fortemente o perfil sócio-econômico dos freqüentadores do local? Talvez fosse mais apropriado admitir um processo simbólico de exclusão desses moradores de periferia, algo aproximado do processo de *gentrification*,<sup>2</sup> tal como Featherstone (1995) o descreve.

O Parque do Lago representa hoje, sob determinado olhar, um espaço cercado, vigiado, “asséptico”, freqüentado preponderantemente por pessoas de classe média, onde muitas vezes há uma ostentação simbólica de poder e de consumo expresso nos carros “do ano” estacionados ao redor do Parque, no vestuário impecável, enfim no aspecto de “estar presente” no espaço. Talvez não seja exagero pensar, ao considerar estes aspectos, na produção de “cercas invisíveis”, bloqueios simbólicos e sutis que demarcam espaços entre grupos economicamente desiguais e entre práticas culturais diferenciadas, cuja natureza e potência convém decifrar na sociedade contemporânea.

Neste processo de urbanização do local, foi possível identificar interesses aparentemente conflitantes entre a população que antes freqüentava o espaço em torno do Lago, e a que passou a freqüentar o Parque após sua construção. Para a primeira, o interesse estava centrado nas atividades de pesca e em piqueniques, enquanto a segunda centra seu interesse nas atividades de corrida e caminhada. O curioso é que tais interesses parecem não ser irreconciliáveis entre si, a ponto da permanência de um necessariamente excluir o outro.

A propósito desta questão, não há dúvida que é digna de louvor a decisão da Prefeitura Municipal de Campinas, em conjunto com a Unicamp, de transformar a antiga área do viveiro de mudas em um parque público, ainda mais considerando, como Magnani (1994), a pouca “ressonância” social do lazer frente a outras prioridades “mais sérias” da administração pública. Por outro lado, é possível lamentar a pouca sensibilidade dos agentes envolvidos no projeto do Parque, especialmente no que concerne à preservação e incentivo das práticas populares já existentes no local. Quanto

---

<sup>2</sup> A expressão *gentrification* não possui correspondente em português. De acordo com Featherstone (1995), ela se refere aos processos de restauração e revalorização de áreas urbanas deterioradas das grandes cidades, que se tornam áreas ‘nobres’ e passam a ser utilizadas e ocupadas por setores de classe média, com a paulatina exclusão dos antigos usuários ou moradores de baixa renda.

ao espaço em questão, há fortes indicadores de que a pesca era uma prática popular anterior à implantação do Parque.

Dentre as indicações oferecidas pelos depoimentos coletados na pesquisa, é possível perceber não somente ter sido a atividade da pesca uma prática habitual no lago existente, mas também que ela era praticada especialmente por pessoas idosas e de baixa renda. Tornando ainda mais paradoxal esta fato, há indícios de que a intenção de preservar a prática da pesca no local, perpassou a elaboração de uma das primeiras propostas arquitetônicas do Parque. Numa das minhas visitas à Prefeitura da Unicamp e também à Prefeitura Municipal, fotografei vários desenhos arquitetônicos do Parque, sendo possível observar que num deles, elaborado pela Prefeitura da Unicamp, estava previsto a existência de *piers* de madeira sobre o lago, destinados à pescaria.

Este fato, somado a outras informações da Prefeitura da Unicamp, parecem demonstrar que não faltaram projetos contemplando a manutenção e o incentivo da prática da pesca no local como atividade de lazer, o que talvez leve a admitir que o entrave à este propósito se deu ao nível da Prefeitura Municipal de Campinas. Não é o caso aqui de analisar mais detalhadamente o mérito desta decisão, que pode ter atendido a uma “necessidade” de diminuição de custos de execução (no caso da construção de *piers*) ou mesmo ter sido influenciada pela pressão de parte da população do entorno do lago. No entanto, esta medida permite admitir em primeiro lugar, a ausência de uma política pública municipal comprometida não somente em atender aos interesses da comunidade como um todo, mas também de dar espaço para que ela participe ativamente dessas políticas.

Obviamente, se numa mesma comunidade há interesses conflitantes quanto às formas de usufruto de suas áreas públicas, cabe aos poderes públicos constituídos, no caso o municipal, assumir o papel de mediação e não o de fazer opções unilaterais beneficiando um ou outro segmento. Curiosamente, no caso do Parque do Lago a opção feita deixou de preservar a prática cultural de lazer já existente no local, contribuindo com isto para o afastamento do segmento comunitário mais pobre que o freqüentava.

Esta questão coloca muito próxima a ordem social da ordem espacial e nos remete às reflexões de Macedo e Figueiredo (1986), os quais afirmam a não neutralidade do espaço de lazer. Neste espaço, “*está presente a reprodução de uma desigualdade que, originária da reprodução da vida material, se realiza em vários planos, e acopla os espaços geográficos aos sociais*” (p. 72).

Ainda sobre a questão da prática da pesca, há que se argumentar sobre a possibilidade de coexistência entre esta prática e as atividades realizadas atualmente, como a caminhada ou a corrida. Salvo outras análises de cunho técnico-ambiental que mostrem o contrário, parece perfeitamente viável uma proposta no sentido de permitir a pesca artesanal, ou até a chamada “pesca esportiva” onde o peixe é devolvido à água, pelo menos para pessoas idosas e em alguns dias da semana ou do final de semana. Isto implicaria não somente a construção de *piers* sobre o lago, mas também serviços e fiscalização mais eficientes. Esta atividade, como outras, poderia ser inserida numa perspectiva de educação ambiental, com as devidas orientações aos freqüentadores do Parque. Esta proposta, obviamente, teria que ser discutida previamente com a

comunidade como um todo e, mediante permanentes avaliações, poderia sofrer reformulações ou mesmo ser ampliada a outros segmentos da comunidade.

De acordo com documentos, plantas técnicas e informações colhidas junto à Prefeitura do Campus da Unicamp e Prefeitura Municipal de Campinas, parte da área ocupada hoje pelo Parque pertence à esfera municipal, via Prefeitura e outra parte à esfera estadual, via Unicamp. De acordo com uma fonte documental<sup>3</sup> tratando do consórcio estabelecido entre estes dois órgãos públicos para a implantação do Parque, a Unicamp “disponibilizou, a título de empréstimo” à Prefeitura, a área demarcada sob seu poder, “para que o projeto fosse executado, construído, e pudesse oferecer uma condição ótima de uso por seus freqüentadores, ou seja, com a possibilidade de se caminhar por toda a margem do lago”. Noutro ponto do documento, afirma-se que “o interesse da Universidade em se utilizar deste Parque em suas atividades acadêmicas sempre favoreceu as negociações entre as Administrações envolvidas”.

A partir destas considerações, pode-se levantar alguns questionamentos quanto à relação do Parque do Lago com a Unicamp. Como está expresso no documento ao qual me referi anteriormente, o Parque foi concebido também como um espaço para o desenvolvimento de atividades acadêmicas. Nesta perspectiva, poderia-se supor um espaço onde atuariam, por exemplo, biólogos, professores de Educação Física, animadores sócio-culturais, pedagogos, entre outros profissionais ligados à universidade, vindo a desenvolver entre outras coisas, atividades relacionadas à Educação Ambiental. Além de apresentar um rico potencial para tais atividades, o espaço do Parque limita-se numa grande extensão com o Campus Universitário, o que facilitaria ainda mais tais ações e parcerias. Porém, a idéia de desenvolver atividades acadêmicas no espaço do Parque ficou somente ao nível das intenções.

Com efeito, foi possível perceber na relação entre o Parque do Lago e a Unicamp, enquanto instituições públicas prestadoras de serviços à comunidade, uma ausência total de ações conjuntas que viabilizem projetos acadêmicos e comunitários. Ao que parece, não há iniciativas da própria Universidade nem mesmo da Prefeitura Municipal de Campinas neste sentido. A julgar pelo processo de negociação entre estas duas Instituições para a implantação do Parque, observado nas fontes documentais, assim como em alguns depoimentos coletados durante este estudo, a articulação entre as duas Instituições era feita principalmente pelo Prof. Hermógenes Leitão, antigo diretor do Parque Ecológico da Unicamp e idealizador do Parque do Lago. Com a sua morte antes da inauguração do Parque em 1996, a aproximação entre as duas Instituições foi enfraquecida.

Como foi possível perceber nas falas de pessoas ligadas tanto à Unicamp como à PMC, havia claramente a intenção inicial de tornar o Parque do Lago também num espaço de atuação acadêmica multidisciplinar envolvendo a comunidade universitária. Elas indicam também que esta atuação nunca de fato aconteceu e os esforços neste sentido desapareceram juntamente com o Prof. Hermógenes.

Notei ainda em algumas entrevistas realizadas com pessoas ligadas à esfera

---

<sup>3</sup> Of. Nº 33/97, do Departamento de Planejamento Urbano, Prefeitura da Unicamp, de 07/05/97.

municipal, a existência de um certo descontentamento com os esgotos despejados no lago existente no Parque pela Unicamp. Embora estas possam ser posições localizadas, isto é, um entendimento pessoal dos entrevistados ligados à Prefeitura, elas demonstram um aspecto a mais do distanciamento entre as referidas Instituições. Voltarei a esta questão mais adiante.

O Parque do Lago possui uma entrada principal e uma entrada para veículos, voltadas para o lado da Cidade Universitária, um pequeno portão com acesso para a Unicamp, na altura do restaurante *Lake House*, um portão com acesso para a parte superior do lago fora do alambrado, mas ainda dentro da Unicamp (próximo ao Centro Médico de Campinas), e outro portão que dá acesso à Faculdade de Educação Física da Unicamp. Estes dois últimos portões, encontram-se permanentemente fechados, conforme foi comentado anteriormente.

Logo no início da entrada principal do Parque, por onde há o maior fluxo de pessoas que o frequentam, pode-se encontrar a edificação que serve de abrigo aos guardas, o orelhão e vários bancos onde em geral se concentram as pessoas que não estão caminhando, correndo ou em atividade junto aos equipamentos específicos já mencionados de recreação e atividade física. Logo nesta entrada do Parque, encontra-se uma placa alertando para a proibição do alongamento muscular utilizando-se do apoio dos bancos, da ponte ou dos postes. O curioso é que, se houve com esta atitude proibitiva uma preocupação com a manutenção destes equipamentos, não houve a mesma preocupação em construir e localizar adequadamente os locais destinados a tais exercícios. Estes são preponderantemente realizados pelas pessoas junto às barras de proteção que se seguem à ponte de madeira na beira do lago ou mesmo nos bancos de cimento próximos à entrada do Parque.

No primeiro caso verifica-se o perigo de acidentes, uma vez que tais barras parecem não ter sido construídas para este fim, podendo provocar a queda do usuário dentro do lago caso venham a ceder. No segundo caso, a atividade parece ser marcada especialmente pelo desconforto de quem a realiza. Apesar de emblemáticos, os dois casos descritos não esgotam os exemplos de criatividade dos frequentadores em sua relação com o espaço. Estas práticas “burlescas” ou “táticas desviacionistas”, para usar expressões de Certeau (1996), parecem se contrapor às regras do local e acontecem abertamente, inclusive sem aparentar preocupação com os guardas do Parque.

Em suas abordagens sobre as práticas cotidianas, Certeau (1996) ressalta as “astúcias dos consumidores” ou dos “usuários” em sua anti-disciplina ao controle social coercitivo. Discorrendo sobre as “maneiras de fazer” uso do espaço seja no trabalho ou no lazer, argumenta sobre o recurso das pessoas ordinárias a “táticas desviacionistas”, criativas e sutis, que tendem a não obedecer a lei do *lugar* e mesmo a reinventá-lo.

Outro exemplo que corrobora as práticas de reapropriação do espaço pode ser dado, talvez no sentido inverso aos anteriores, pela sub-utilização dos locais destinados aos equipamentos de ginástica e de recreação infantil. Refiro-me a um sentido inverso dos exemplos anteriores, pois naqueles ocorria uma apropriação reinventada de locais ou equipamentos (barras de proteção, bancos), havendo todavia um uso dos mesmos. Me refiro agora a uma forma de *negação espacial* que se traduz pela não utilização de

determinados locais ou equipamentos colocados à disposição das pessoas no Parque. Esta é outra questão digna de atenção, visto ser relativamente comum aos espaços públicos. Não é raro perceber a quantidade de espaços urbanos destinados ao lazer que, projetados e construídos sem a necessária sensibilidade e atenção à dinâmica cultural onde os mesmos estão inseridos, tendem a se tornar pouco utilizados quando não completamente abandonados ou depredados. Além disso, há que se incentivar a participação da população local no planejamento e implantação desses espaços, de forma que ela se torne co-responsável pelos mesmos.

Nos dois casos (locais para ginástica e recreação infantil), trata-se de espaços ociosos dentro da totalidade espacial do Parque. No que concerne aos espaços de ginástica, podem contribuir para isto o próprio aspecto “artificial” do local, precisamente demarcado e exposto excessivamente ao sol, e ainda a própria (má)qualidade e a não diversificação dos equipamentos. Quanto aos espaços onde se encontram os equipamentos de recreação infantil, somente um deles possui árvores crescidas amenizando a exposição ao sol. Neste espaço ainda é possível verificar a presença de crianças e até adultos, porém isto somente ocorre de forma significativa nos finais de semana. Talvez seja possível admitir as características desses locais/equipamentos como um reflexo da pouca criatividade/sensibilidade na concepção arquitetônica dos espaços de lazer, presente também no caso do Parque do Lago. Some-se a isso a provável pressa com que o local (antigo viveiro de mudas) foi transformando em Parque público, haja visto que, segundo informações obtidas durante a pesquisa, isto se deu num período de transição na administração municipal, com a conseqüente aceleração de obras e projetos pendentes.

Ainda no que se refere às características e à disposição dos equipamentos no interior do Parque, foi possível perceber a existência de um grande número de bancos de cimento ao longo da pista de caminhada e corrida. Estes bancos estão a poucos metros um do outro e espalhados ao longo da pista e dos espaços reservados para os equipamentos de recreação infantil e ginástica. Detalhe: todos possuem, em cores variadas e com diferentes logotipos, o nome das empresas patrocinadoras. Como se trata de publicidade, todos estão voltados para o curso da pista ou para o local onde as pessoas brincam ou se exercitam.

Há pelo menos três aspectos a discutir quanto a esta questão, especialmente tratando-se de um espaço de lazer e, neste caso, de enfoque “ecológico”: o primeiro se refere à agressão visual que este tipo de publicidade causa ao ambiente do Parque. Trata-se de peças destoantes do espaço, pois não constituem um aspecto harmônico ao propósito do lugar.

Segundo, observando a disposição dos bancos, de um lado e outro da pista e voltados para a mesma, por onde há o maior movimento de pessoas, poderíamos supor uma preocupação com a sociabilização e o convívio interpessoal. Observando mais atentamente, vamos notar que, embora colocados a poucos metros lateralmente entre si, nenhum deles localiza-se de frente para o outro. Como a pista mede aproximadamente três metros de largura, seria possível para as pessoas conversarem umas com as outras sentadas nestes bancos, favorecendo a sociabilidade neste espaço de lazer. Pequenos

detalhes podendo contribuir para uma melhor integração.

O terceiro aspecto referente aos bancos, diz respeito ao fato da disposição não facilitar a contemplação do lago existente no Parque, pois inclusive os bem próximos à margem foram posicionados de costas para o mesmo. Durante a pesquisa presenciei muitas vezes o esforço realizado por algumas senhoras sentadas nestes bancos, com a intenção de girar o corpo e poder contemplar o lago. Trata-se de mais um “pequeno detalhe”, o qual atrapalha a possibilidade de contemplação, aspecto que, supõe-se, deveria ser previsto na implantação de um parque público, especialmente adjetivado de “ecológico”.

De acordo com informações advindas do Projeto Parque do Lago,<sup>4</sup> formulado em 1992 pela Unicamp, a proposta de urbanização e tratamento paisagístico que seriam realizados naquela área denominava como “*preservacionista*” a diretriz balizadora do Projeto, tendo em vista se tratar de “*um ambiente rico em termos ecológicos*”. No entanto, de acordo com o relato do Projeto, “*não se pode esquecer a localização da área e o afluxo de pessoas no local. Uma área verde urbana não pode ser, tecnicamente, um santuário. A cidade é dos homens e cabe ao administrador balancear um uso racional dos recursos naturais, de forma a permitir um convívio harmonioso do homem e os demais seres vivos*”. Argumenta ainda que “*haverá tratamento paisagístico global que criará no local um ponto de lazer ecológico que não existe em Barão Geraldo*”.

Tal discurso enfatizando o potencial ecológico do espaço apresenta contradições diretas com alguns aspectos da realidade atual do Parque. Um aspecto emblemático neste sentido é a existência de várias tubulações desembocando no lago, sendo a maioria proveniente de galerias pluviais dos arredores do Parque. Algumas dessas tubulações são provenientes de esgotos oriundos do próprio Campus da Unicamp, sendo que dois deles mantêm um fluxo permanente. Há um conjunto de três grandes tubos de cimento medindo cerca de 1,5 m de diâmetro, onde o fluxo do esgoto é despejado próximo a um conjunto de árvores cujas raízes fixam-se num estreito pedaço de terra adentrando o lago, sendo o acesso público terminantemente proibido neste local. Tal proibição parece ser justificada por servir de abrigo à fauna existente no Parque, além de abrigar os vários ninhos de garças e outras espécies de aves.

Ao projetar o Parque, a Unicamp afirmava sobre “*a diretriz balizadora do projeto*” ser preservacionista e “*toda a emissão de esgotos*” ter sido “*desviada do local*”, porém esta mesma Universidade parece contribuir para a degradação do ambiente parque.<sup>5</sup> Segundo um informante da Prefeitura do Campus Universitário, somente um fluxo excedente do esgoto é despejado no lago em algumas horas do dia, quando as atividades do Restaurante Universitário se intensificam e a Estação Elevatória mantida pela companhia estatal Sanasa (Sociedade Abastecimento de Água e Saneamento S. A.) não consegue fazer o bombeamento de todo o líquido. Porém, esta parece não ser a realidade pois, durante o período de realização da pesquisa a que este

---

<sup>4</sup>Projeto anexo ao Of. 026/92 de 23/04/92. Este projeto possui a assinatura do então Coordenador do Parque Ecológico da Unicamp, Prof. Hermógenes Freitas Leitão Filho.

<sup>5</sup> Este assunto foi destaque das edições nº 89 e 105 do Jornal Integração, da imprensa local.

texto se refere, o fluxo do esgoto apresentou-se contínuo a qualquer hora do dia em pelo menos dois locais. Um desses esgotos jorra exatamente no ponto do lago no qual o acesso público é proibido, onde se abrigam tanto as capivaras como as várias espécies de aves do Parque. Numa placa próxima, colocada pela própria Unicamp pode-se ler: *Área de Preservação Ambiental: expressamente proibido pescar e caçar.*

Mesmo admitindo que muitas das falas que denunciaram estas questões tenham sido influenciadas pela imprensa local, ampla divulgadora de matérias sobre este fato, nota-se que muitos freqüentadores percebem e experimentam eles mesmos os efeitos desta poluição, seja na própria observação dos esgotos que jorram a olhos vistos, seja pelo odor exalado em algumas horas do dia.

Para que se tenha idéia da repercussão que tomou a questão da poluição do lago do Parque, vale a pena se remeter ao período sucessório da Reitoria da Unicamp, contemporâneo à realização desta pesquisa. Durante a campanha para Reitor, não foi raro encontrar propostas de despoluição do lago nos discursos dos candidatos, o que de certa forma significa a autenticidade do problema e o seu reconhecimento institucional.

Outra situação problemática refere-se à falta de acompanhamento técnico-ambiental no que diz respeito, entre outras coisas, ao manejo da fauna. É visível o número excessivo de capivaras para o espaço do Parque. A ausência deste acompanhamento técnico, reconhecida em entrevistas por informantes da esfera municipal, permite um total descontrolado na reprodução da fauna e o conseqüente desequilíbrio entre oferta e demanda de alimentação, bem como no excesso de excrementos presentes na trilha circundante, principalmente pela manhã. O problema da superlotação de capivaras no Parque foi apontado por muitos entrevistados da pesquisa.

De fato, o resultado do número excessivo de capivaras pode ser visto, como foi destacado em vários depoimentos, no tronco das árvores e nas pequenas palmeiras do Parque, desgastadas ou destruídas pela ação desses roedores em busca de uma alimentação cada vez mais escassa. Tal situação é representativa do quadro contraditório do espaço em questão no que se refere ao seu objetivo de cunho ambiental, pois traduz um descompromisso flagrante com o equilíbrio do ecossistema. A necessidade de controle na reprodução da fauna num espaço fechado, parece ser uma questão básica, ainda mais quando consideramos o discurso “ecológico” e “conservacionista” subjacente ao projeto de implantação do Parque. Além de crucial para o equilíbrio do ecossistema, este tipo de monitoramento parece não ser uma operação de difícil e custosa execução, principalmente ao considerarmos a reduzida área total do Parque e a possibilidade de se obter o apoio da Unicamp no acompanhamento técnico da situação.

Uma outra questão a ser destacada a respeito dos problemas e desequilíbrios inerentes à manutenção e preservação do Parque, refere-se ao pouco interesse de seus freqüentadores em denunciá-los. Mesmo considerando algumas manifestações populares de indignação face à poluição do lago ou ao maltrato das capivaras, estas são ainda pouco expressivas. Neste ponto, parecem ser úteis as reflexões de Brandão (1994a) sobre o descompromisso dos povos do terceiro mundo, especialmente o povo brasileiro com os espaços públicos, com tudo que é extramuro, extraprivado. O autor

faz comparações entre a forma com que é tratado os espaços públicos (tais como praças, jardins ou parques) em países da Europa e no Brasil, ressaltando o descaso exagerado com os mesmos no caso brasileiro, destacando que o tratamento dispensado a tais “coisas públicas” é algo que se realiza no seio da cultura e é internalizado como cultura subjetiva.

Na busca de respostas para essas diferenças de tratamento do extramuro privado pelos diversos povos, Brandão (1994a) argumenta sobre os países que chegaram a um momento mais elaborado de afirmação da cidadania, desdobram três categorias onde nós, aqui no terceiro mundo, desdobramos somente duas categorias na geografia social dos espaços urbanos. Num país como a Suíça ou a Suécia,

“Existe um domínio da privacidade da casa, do terreno, do automóvel que é propriedade de alguém. Existe ainda o domínio daquilo que é público e um outro domínio daquilo que é do governo [...] No Brasil, de uma maneira muito evidente, as atitudes das pessoas frente aos espaços públicos como posse do governo são algo que existe internalizado em nós.” (pp. 28-29)

Esta situação não é estranha na realidade brasileira de um modo geral, e também considerando a realidade da administração municipal de Campinas, onde é possível perceber a inexistência de políticas de ação que fomentem a participação popular nas “coisas públicas”.

De acordo com os argumentos de Brandão (1994a), é possível afirmar que há um considerável descomprometimento dos brasileiros em relação aos espaços públicos, além dos muros das casas. Lembrando o sentido ancestral da palavra público, isto é, coletivo, co-participação, o autor lembra que no Brasil, as atitudes das pessoas em relação aos espaços públicos como posse do governo é algo internalizado na cultura. Em suas palavras (p. 29):

“Se alguém começar a destruir um jardim de uma praça aqui no Brasil, os observadores dirão que isso é problema do Estado; o governo, junto com a polícia, que resolva isso, mesmo porque a praça não me pertence, não tenho nenhum compromisso, nenhum envolvimento com ela. Na Suíça, se uma pessoa estiver destruindo o jardim de uma praça, qualquer velhote baterá nessa pessoa com o seu guarda-chuva, ou então a denunciará à polícia, porque essa pessoa está destruindo algo que é dele; que é tão dele quanto o seu jardim privado. É dele num sentido até mais generoso, porque a praça pertence a uma comunidade e qualquer cidadão se sente responsável pela preservação dela.”

Seria possível admitir que um redimensionamento dessa maneira de lidar com os espaços públicos no Brasil, no sentido aqui apontado, exigiria profundas mudanças estruturais na sociedade, o que poderia levar a um estágio mais elaborado de afirmação da cidadania. Esta parece ser uma tarefa na qual uma política de ação municipal, juntamente com as demais instâncias administrativas superiores (Governo Federal, Estado) e inferiores (Secretarias, etc.) assumem um papel de grande importância. Porém, a falta de envolvimento e participação nos destinos dos espaços públicos não pode ser justificada pela ausência de políticas oficiais que a fomentem. Como observa Pedro Demo, citado por Stigger (1996), a participação não existe como dádiva, mas sim

como conquista.

Retomando as questões do Parque do Lago, é possível perceber pelo exposto até aqui, várias contradições no discurso ecológico relacionado à concepção e implantação do Parque. Há claramente uma certa distância entre a sua realidade atual e a concepção inicialmente preconizada pelo seu idealizador, o Prof. Hermógenes Leitão. Falecido durante o processo de construção deste “novo” espaço público, o professor foi postumamente homenageado, dando-se ao Parque o seu nome.

O Prof. Hermógenes Leitão, em *Crítérios Gerais para Implantação de um Parque Ecológico* (Leitão e Azevedo, 1989), argumenta que “*um parque ecológico congrega uma série de atividades com objetivos específicos, de uma forma harmônica, com o objetivo final de integrar o homem com o meio ambiente pela valorização da natureza*” (p. 11).

Dentre os aspectos básicos para definir a área de um parque ecológico, segundo os autores, podemos destacar: “(1) o fluxo do público nas dependências do Parque; (2) a necessidade de áreas consideráveis para abrigo e alimentação da fauna (em particular pássaros); e (3) a necessidade de áreas razoavelmente grandes para acomodar os módulos a serem implantados” (p. 12). Assim, os autores prevêem ainda áreas comunitárias de lazer, tendo como mensagem maior a integração do homem com a natureza; área específica para educação ambiental; área para abrigar pesquisas básicas, entre outras atividades.

Quanto ao sistema de coleta e afastamento de esgotos, recomendam Leitão e Azevedo (1989) que “*as unidades sanitárias construídas no Parque Ecológico devem ser integradas por uma rede de ramais, coletores, interceptores e emissários, visando coletar e afastar o volume de esgoto gerado. Não se deve lançar este esgoto em lagos, açudes e cursos d’água existentes na área*” (p. 44). Tendo em vista as considerações já feitas quanto aos esgotos que são despejados no lago do Parque, torna-se desnecessário afirmar a distância existente entre a intenção inicial do idealizador do Parque e sua situação presente.

Pelo exposto até aqui, julgamos ser possível questionar o enfoque “ecológico” dado ao Parque do Lago, considerando o quadro contraditório que esboçamos até aqui. De fato, quanto à denominação de “parque ecológico”, os depoimentos *institucionais* da Prefeitura Municipal de Campinas, Sub-Prefeitura de Barão Geraldo, Prefeitura da Unicamp e Parque Ecológico da Unicamp, parecem reconhecer sua inadequação. O adjetivo “ecológico” dado a este parque municipal parece mais uma idealização do que uma concretização. Considerando ser a adjetivação “ecológico” representativa da questão ambiental na sociedade, é possível admitir ter o processo de implantação do Parque seguido o sucesso das fórmulas “eco”, associando-se ao discurso do propalado “desenvolvimento sustentável”.

Para Silva (1996), o paradigma de suporte desses discursos constitui-se em termos lingüísticos. Trata-se de um mecanismo de adjetivação: turismo *ecológico* ou ecoturismo, gestão *racional*, zoneamento *geo-ambiental*, entre outros. Tal adjetivação, segundo a autora, serve não somente para “legislar” acerca de determinadas práticas, mas também para representá-las como aprioristicamente isentas de serem questionadas,

tendo em vista estarem de acordo com a legalidade ambiental.

De acordo com Silva (1997), falar “do lugar” da ecologia, isto é, mostrar-se atuando em concordância com uma postura ecológica, significa hoje estar se colocando num espaço de significação do político. O discurso ecológico constitui-se assim num discurso político, buscando legitimar as práticas a ele vinculadas, isentando-as de questionamentos, na medida em que, por um recurso lingüístico de adjetivação, possibilita uma relativização dos sentidos dessas mesmas práticas.

Como é lícito admitir no caso do Parque do Lago, as práticas ali desenvolvidas não estão ligadas diretamente ao aspecto econômico ou comercial. Porém, talvez seja possível pensar que a utilização do discurso ecológico, representado pela sua adjetivação, tenha servido, entre outras coisas, para suscitar a simpatia da circunvizinhança e os apoios institucionais para viabilizar a própria implantação do Parque no local, evitando questionamentos sobre os elementos apontados. Esta questão talvez podem ser ampliadas a outros exemplos, considerando a grande proliferação de “parques naturais”, ONGs “ecológicas”, pacotes turísticos “ecológicos”, etc.

As falas dos entrevistados da pesquisa refletiram a pluralidade de posturas sobre o aspecto “ecológico” do Parque do Lago. Em algumas delas, o aspecto “ecológico” está relacionado à presença de animais e plantas, sendo estes elementos, neste caso, representativos da natureza. Noutras, que também incluem estes elementos, verifica-se uma alusão aos limites rural/urbano, relacionando a idéia de “ecológico” ao rural. Outras incluem também os elementos naturais, porém associam ecologia a estudos, políticas, controles, etc.

Estas questões nos remetem a patamares mais amplos acerca da discussão ambiental na sociedade. Para Serrano (1997), independentemente das causas que o informam e das práticas sociais que dele decorrem, o interesse atual por temas relacionados ao ambiente pode ser interpretado como um desejo contemporâneo de “retorno à natureza”. Para a autora, este desejo traduzir-se-á, por um lado, na obsessão pela proteção da natureza, a valorização e a tentativa de salvaguarda das comunidades tradicionais, e, por outro, a tentativa quase literal de reencontrar a natureza através de práticas de lazer como o turismo, especialmente em sua versão “ecológica”. A procura das pessoas por parques “naturais” no meio urbano pode também ser incluída nessa mesma lógica.

Indo mais além nesta reflexão, Morin (1991, p. 178) sugere que, no fundo, a aspiração à natureza não é somente a expressão do mito de um passado natural perdido. De acordo com o autor, a aspiração à natureza tende a exprimir as “*necessidades, hic et nunc, dos seres que se sentem molestados, sufocados, oprimidos num mundo artificial e abstrato. A reivindicação da natureza é uma das reivindicações mais pessoais e mais profundas, que nasce e se desenvolve nos meios urbanos cada vez mais industrializados, tecnicizados, burocratizados, cronometrados*”.

Em consonância com as idéias de Morin, Alphandéry et al. (1993), discute a emergência de uma certa “sensibilidade ecológica”, afirmando ser esta a expressão de um profundo mal-estar nas sociedades contemporâneas, onde se acumulam bens e detritos, ao mesmo passo em que se artificializam as relações entre as pessoas e o seu

meio ambiente.<sup>6</sup> Este sentimento, até há pouco tempo considerado passageiro, parece ser fortalecido e de certa forma racionalizado frente às sucessivas ameaças ao meio ambiente. A “sensibilidade ecológica” estaria aberta a dois discursos sobre a natureza: “*um, quantificador, atém-se à salvaguarda dos ecossistemas e dos grandes equilíbrios planetários. O outro retoma uma idéia muito antiga, segundo a qual a felicidade humana não se encontra apenas na acumulação de bens mas também nos prazeres estéticos e no refúgio espiritual que proporciona uma relação mais direta com a natureza*” (pp. 26-27).

Estes apelos, ao desembocar numa visão reificada da natureza através de noções como “patrimônio comum da humanidade”, “riqueza imaterial”, alimentam o neomito do *paraíso perdido* e a política conservacionista de criação de áreas naturais protegidas, entre elas os parques. Embora a sociedade urbano-industrial, assim como os avanços da ciência, tenham contribuído na dessacralização do mundo e enfraquecido os mitos, a imagem dos parques como um *paraíso intocado* e objeto de reverência do homem urbano ressaltam a vida longa que as mitologias podem apresentar, além da capacidade de ressurgirem no seio da racionalidade (Diegues, 1996, 1997).

Discorrendo sobre a proliferação desses espaços, Alphandéry et al. (1993: 37) argumentam:

“Presentemente, multiplicam-se as inaugurações de diversos parques, quer públicos ou privados, que pretendem fazer descobrir, àqueles que os visitam, uma cultura local em vias de extinção ou um ambiente ‘guardado’ numa vitrina. Estes espaços assim ordenados vêm juntar-se à natureza sem homens das zonas desertificadas, das reservas nacionais e dos conservatórios de toda espécie. A natureza encontra-se aí como que personalizada, transformada, transformada em sujeito de direito através de medidas de proteção jurídica”.

Assumindo uma crítica ainda mais contundente, Baudrillard (1995) associa a “redescoberta da natureza” à idéia de *reciclagem*, onde a natureza, sob a forma de campo enquadrado e servido “em mangote” na simbologia dos espaços verdes ou das reservas naturais, surge como reciclagem da natureza. Uma vez produzido de forma deliberada ou não na atual dimensão universal produtiva, estes espaços verdes estariam condenados a serem mais um sinal efêmero do consumo cultural.

Baudrillard (1994: 34), vê como negativa a elevação da natureza ao status de sujeito, como uma espécie de extensão dos direitos do homem. Conforme argumenta, a produção e a reificação da modelização artificial do mundo torna o natural detrito do artificial. Ao produzir cidades-modelos, conjuntos artificiais, funções-modelo, produz-se todo o resto como detrito. Segundo o autor, é possível “*imaginar cidades inteiras*

---

<sup>6</sup>Alphandéry et al. (1993) trata do desenvolvimento de uma certa sensibilidade ecológica, herdeira de tradições diversas, formadas por correntes que não têm fronteiras estanques, habita clientelas, programas e práticas extremamente variadas, formando uma verdadeira nebulosa, cujo caráter complexo nunca será demais enfatizar. “Ela pode ser o veículo de novas formas de consumo, de tecnologias ditas apropriadas, de uma renovação espiritual ou de uma vontade de manter a diversidade dos meios naturais e das culturas. A procura urgente de novas relações entre o indivíduo e o planeta pode, deste modo, tomar mil e uma formas, e esta variedade constitui um dos fundamentos da atual vitalidade da ecologia” (p. 8).

*feitas, não de detritos normais daquilo que serviu e guarda o traço nostálgico do tempo em que serviram, mas de detritos nascidos como tais*”. No momento em que os detritos são produzidos enquanto tais, eles também passam a ser idealizados enquanto tais pelo mesmo movimento. Assim, como a promoção dos direitos do homem sanciona em geral a destituição do homem enquanto tal e o promove enquanto detrito, “*reconhecer os direitos da natureza enquanto tal, a partir do momento em que o seu status torna-se aquele de detrito virtual, equívale a reconhecer os direitos dos detritos enquanto tais*”.

Embora considere bastante pertinentes tais denúncias, uma vez elas nos alertando para o perigo da reificação e da idealização extremada, acredito que algumas delas talvez recaiam num outro extremo, o de um pessimismo reducionista. Embora possam ser qualificados negativamente de “amostras de natureza”, como o faz Baudrillard (1995), considero que os espaços urbanos de lazer dotados de elementos naturais e recursos paisagísticos, podem oferecer ao habitante dos grandes centros urbanos, uma possibilidade, ainda que efêmera em muitos casos, de uma interação mais direta com tais elementos. Como foi possível perceber no caso do Parque do Lago, esta interação com a natureza, muitas vezes representada pela paisagem circundante, assume um papel importante no cotidiano dos frequentadores.

Um contraponto às idéias de Baudrillard sobre a elevação da natureza ao status de sujeito, pode ser encontrado em Brandão (1994b), o qual apoia-se em Habermas e Marcuse, entre outros, propondo pensar a natureza no palco da subjetividade. A convocação feita por estes dois autores, de acordo com Brandão (1994b: 77), é ao mesmo tempo racional e amorosa. Este convite “*entre o zelo e o carinho, a uma natureza chamada a ser ativa, senhora de si mesma, dialogal e comunicante ao lado do ‘homem no mundo’, obriga, de cara, o homem a uma capacidade de estender também aos seres da natureza, sujeitos naturais do seu ambiente, sentidos, sentimentos, afetos e gestos tidos, até aqui, como próprios apenas para as trocas recíprocas entre os humanos*”.

Brandão (1994b: 78) refere-se não apenas a uma postura de correção ética e técnica, como a assumida pelas idéias vinculadas à “proteção ambiental”, elas mesmas muitas vezes bastante utilitárias, mas também e principalmente a um verdadeiro salto de significado e de intenções, pressupondo “*uma radical transformação da própria racionalidade e de todas as suas conseqüências no significado mesmo da relação homem-natureza*”.

Portanto, torna-se oportuno concluir estas reflexões com algumas considerações introdutórias sobre o papel do parque público nas cidades contemporâneas. Para Segawa (1996), as criações marcantes da urbanização européia (séculos XVI a XVIII) que foram os jardins, praças e parques públicos, não negam em sua formulação um certo envolvimento mitológico e estético com a natureza. Para ele, a *praça* da Europa medieval caracterizava-se como espaço popular permeado pelo riso, pela festa, pela espontaneidade, pelo escárnio, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática. Contrapondo-se a ela, os *jardins públicos*, espaços derivados dos grandes jardins privados da aristocracia, eram lugares de natureza distinta e oposta da praça pública, especialmente pelos peculiares modos de sociabilidade formal,

reuniões organizadas e elegantes, onde as pessoas faziam-se público de sua presença, exibiam pompa, viam-se homens e mulheres bem-vestidos, contavam-se e ouviam-se novidades. Neste sentido, segundo a hipótese do autor, o jardim público surge como antítese da praça.

Se esta proposição é válida, torna-se possível admitir o parque urbano contemporâneo como uma síntese do que representou o jardim público e a praça, porquanto no parque podem ser encontradas atualmente uma mesclagem de características tanto de um como de outro desses espaços. Á medida que pode ser considerado um espaço popular de espontaneidades, de riso, de festa, o parque urbano contemporâneo não deixa de ser palco de jogos sociais impostos por normas de comportamentos refinados, ostentatórios, onde a vaidade se expressa pela exposição do modelo vigente de corpo e pelas roupas da moda. Enfim, um espaço de articulações e trocas sociais, as quais são legitimadas por valores compartilhados pelos grupos que constituem tais espaços e, por isto mesmo, são resultado de uma construção social.

Se é possível admitir a formulação de um certo envolvimento mitológico e estético com a natureza na criação desses *recantos ajardinados*, parece lícito conceber a continuidade desse envolvimento, especialmente o estético, na difusão dos parques ao longo da história. O parque público parece representar no contexto urbano contemporâneo, a possibilidade de “reaproximação” com elementos naturais, seja através do contato com árvores, terra, lagos e rios, animais, aves e outros elementos da paisagem representativos da natureza no imaginário humano.

Esta espécie de *reenraizamento*, possibilitado aos habitantes das grandes cidades pelo parques e bosques, parece assumir um papel de considerável importância no processo de busca de equilíbrio do homem consigo próprio e com a vida. Se podemos acreditar que toda forma de vida é um processo de busca de equilíbrio, o parque urbano oferece a possibilidade de um contraponto frente aos desequilíbrios inerentes ao advento da vida urbana.

### ***Abstract***

*The aim of this work is to make some reflections about leisure/environment thematic, emphasizing the space of the urban public park. Taking base on a specific case of Parque Ecológico Prof. Hermógenes Freitas Leitão Filho, located in the district of Barão Geraldo, in the city of Campinas (SP). Among other broached questions some conflicts of social and spatial order are prominent, introducing public spaces destined to a living of the leisure and also the contradictions of environmental approach to the Park, expressed in its “ecological” objective. Concluding with some introductory considerations about the role of public park in contemporary cities.*

*Keywords:* *leisure; environment; public park.*

## Referências bibliográficas

- ALPHANDÉRY, Pierre et al. *O equívoco ecológico*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- BAUDRILLARD, Jean. Conjuntos artificiais – a biosfera 2 ou: da conjuração do mal à gestão dos dejetos. *Tempo Brasileiro*, n. 1, pp 59-70. Rio de Janeiro, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- BRANDÃO, Carlos R. Espaços públicos de lazer e cidadania. *A paixão de Aprender*, n. 6, 26-29, 1994a.
- \_\_\_\_\_. Outros olhares, outros afetos, outras idéias: homem, saber e natureza. In: *Somos as águas puras*. Campinas: Papirus, 1994b.
- BRUHNS, Heloisa T. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, C. M. T. & BRUHNS, H. T. (orgs.) *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DIEGUES, Antonio C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ERBOLATO, Sandra. *Formação da imagem natural: Parque do Lago*. Monografia não publicada. Universidade de São Paulo, 1993.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Nobel, 1995.
- LEITÃO, Hermógenes F. e AZEVEDO, Denis B. *Critérios gerais para implantação de um parque ecológico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- MACEDO, Carmem C. e FIGUEIREDO, Luis C. M. Domingo na praia: a dimensão simbólica do lazer popular. *Reflexão* n. 35, pp. 62-73, 1986.
- MAGNANI, José, G. C. *Festa no pedaço*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MORIN, Edgar e Col. *Os problemas do fim do século*. Lisboa: Editorial Notícias, 1991.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1996.
- SERRANO, Célia M. T. Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. In: SERRANO, C. M. T. & BRUHNS, H. T. (orgs.) *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.
- SILVA, Telma. D. O cidadão e a coletividade: as identificações produzidas no discurso da educação ambiental. In: R. Trajber e L. H. Manzochi (orgs.) *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos*. São Paulo: Gaia, 1996.
- \_\_\_\_\_. O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva. In: SERRANO, C. M. T. & BRUHNS, H. T. (orgs.) *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.
- STIGGER, Marco P. Participação popular na gestão do espaço público de Lazer: um caminho percorível na construção da utopia democrática. In MARCELLINO, N. C. (org.) *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

**Sandoval Villaverde** é mestre em Educação Física, professor da Unioeste e membro do Grupo de Estudos Lazer e Cultura da Unicamp.

E-mail: smonteiro@unioeste.br

